

# SUMÁRIO

NOTA DA AUTORA.....	7
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	21
1. Conceito.....	21
2. Histórico do direito administrativo.....	23
3. Objeto.....	24
4. Fontes.....	24
5. Sistemas administrativos ou mecanismos de controle.....	25
6. Estado, Governo e Administração.....	26
6.1 Estado.....	26
6.2 Governo.....	27
6.3 Administração.....	28
7. Regime jurídico administrativo.....	28
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	29
1. Introdução.....	29
2. Supremacia do interesse público sobre o do particular.....	30
3. Indisponibilidade do interesse público.....	30
4. Legalidade.....	30
4.1 Decretos de execução e decretos autônomos.....	32
5. Impessoalidade.....	32
5.1 Princípio da finalidade.....	34
6. Moralidade.....	34
6.1 Moralidade e probidade.....	35
7. Publicidade.....	36
8. Eficiência.....	37
9. Continuidade.....	38
10. Autotutela.....	39
11. Especialidade.....	41
12. Tutela ou controle.....	41
13. Razoabilidade e proporcionalidade.....	42
14. Motivação.....	43
15. Hierarquia.....	43
16. Devido processo legal.....	44
17. Segurança jurídica.....	44
18. Novos princípios.....	45
18.1 Princípio da subsidiariedade.....	45
18.2 Princípio da confiança legítima ou da proteção da confiança .....	46
3. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	47

1.	Conceito e características.....	47
2.	Poder vinculado ou regrado.....	48
3.	Poder discricionário.....	49
3.1	Limites ao exercício do poder discricionário.....	50
4.	Poder hierárquico.....	51
5.	Poder disciplinar.....	53
6.	Poder regulamentar ou normativo.....	54
7.	Poder de polícia.....	58
7.1	Conceito.....	58
7.2	Fundamentos.....	59
7.3	Polícia administrativa e polícia judiciária.....	59
7.4	Meios de atuação.....	60
7.5	Limites.....	60
7.6	Atributos.....	61
7.6.1	Discricionariedade.....	61
7.6.2	Coercibilidade.....	61
7.6.3	Auto-executoriedade.....	61
7.7	Competência.....	62
7.8	Sanções e prazo de prescrição.....	64
8.	Abuso de poder.....	64
4.	ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	66
1.	Conceitos básicos.....	66
1.1	Administração Pública.....	66
1.2	Administração Pública direta, indireta e entidades paraestatais.....	67
1.2.1	Administração Pública direta.....	67
1.2.2	Administração Pública indireta.....	67
1.2.3	Entidades paraestatais ou entes de cooperação.....	68
1.3	Centralização e descentralização.....	69
1.3.1	Formas de descentralização.....	70
1.4	Concentração e desconcentração.....	72
1.4.1	Concentração.....	72
1.4.2	Desconcentração.....	72
1.5	Pessoas jurídicas de direito público e privado.....	74
1.5.1	Pessoa jurídica de direito público.....	74
1.5.2	Pessoa jurídica de direito privado.....	74
1.6	Órgãos públicos.....	74
1.7	Hierarquia e controle.....	76
2.	Autarquias.....	77
2.1	Conceito.....	77

2.2	Características.....	79
2.3	Autarquia territorial.....	81
3.	Fundações públicas.....	81
3.1	Conceito.....	81
3.2	Natureza jurídica das fundações públicas.....	82
3.3	Características.....	83
3.3.1	Fundação pública de direito privado.....	83
3.3.2	Fundação pública de direito público.....	84
4.	Empresas estatais ou governamentais.....	84
4.1	Conceito.....	84
4.2	Características.....	84
4.3	Empresas públicas.....	88
4.4	Sociedades de economia mista.....	89
5.	Agências reguladoras.....	90
5.1	Conceito.....	90
5.2	Regime jurídico.....	93
5.3	Atribuições das agências reguladoras.....	95
5.4	Classificação das agências reguladoras.....	96
5.5	Poder normativo das agências reguladoras.....	96
5.6	Licitação – A modalidade consulta.....	97
6.	Agências executivas.....	97
6.1	Conceito.....	97
6.2	Licitação.....	99
5.	TERCEIRO SETOR.....	100
1.	Os quatros setores da economia nacional.....	100
2.	Entes paraestatais ou entes de cooperação.....	101
2.1	Conceito.....	101
2.2	Serviços sociais autônomos.....	102
2.3	Organizações sociais.....	104
2.4	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	109
2.5	Diferenças entre as Organizações Sociais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.....	110
6.	ATOS ADMINISTRATIVOS.....	112
1.	Fatos e atos – jurídicos e administrativos.....	112
2.	Conceito de ato administrativo.....	113
3.	Atos administrativos e atos da administração.....	113
4.	Perfeição, validade e eficácia.....	114
5.	Elementos dos atos administrativos.....	115
5.1	Forma.....	116

5.1.1	Silêncio administrativo.....	117
5.2	Finalidade.....	118
5.3	Competência.....	118
5.4	Objeto.....	120
5.5	Motivo.....	121
5.5.1	Motivação.....	121
5.5.2	Móvel.....	122
5.5.3	Motivo legal.....	122
5.5.4	Teoria dos motivos determinantes.....	122
5.6	Diferença entre motivo, finalidade e objeto.....	123
5.7	Outros elementos elencados por Celso Antonio Bandeira de Mello.....	123
6.	Atributos do ato administrativo.....	124
6.1	Presunção de legitimidade.....	125
6.2	Imperatividade.....	126
6.3	Auto-executoriedade.....	126
6.4	Tipicidade.....	127
7.	Classificação dos atos administrativos.....	127
7.1	Quanto à margem de liberdade de atuação do agente.....	127
7.2	Quanto à estrutura.....	128
7.3	Quanto às prerrogativas da administração ou quanto ao objeto.....	128
7.4	Quanto aos destinatários.....	128
7.5	Quanto à formação da vontade.....	129
7.6	Quanto aos efeitos.....	130
7.7	Quanto ao alcance.....	130
7.8	Quanto à natureza das situações jurídicas que criam.....	130
7.9	Quanto aos resultados na esfera jurídica.....	131
7.10	Outros tipos de atos.....	131
8.	Atos administrativos em espécie.....	132
8.1	Quanto ao conteúdo.....	132
8.1.1	Autorização.....	132
8.1.2	Licença.....	132
8.1.3	Admissão.....	132
8.1.4	Permissão.....	132
8.1.5	Homologação.....	133
8.1.6	Parecer.....	133
8.1.7	Visto.....	134
8.1.8	Certidão.....	134
8.1.9	Atestado.....	134

8.1.10	Apostila ou averbação.....	134
8.2	Quanto à forma.....	135
8.2.1	Decreto.....	135
8.2.2	Resolução e portaria.....	135
8.2.3	Circular.....	135
8.2.4	Despacho.....	136
8.2.5	Alvará.....	136
9.	Tipos de invalidez dos atos administrativos.....	136
9.1	Meios de sanar atos inválidos.....	137
10.	Vícios nos atos administrativos.....	137
10.1	Vícios relativos ao sujeito.....	138
10.2	Vícios relativos à forma.....	139
10.3	Vícios relativos ao motivo.....	139
10.4	Vícios relativos à finalidade.....	139
10.5	Vícios relativos ao objeto.....	139
11.	Formas de extinção dos atos administrativos.....	140
7.	LICITAÇÃO.....	143
1.	Conceito.....	143
2.	Finalidade.....	143
3.	Competência legislativa.....	143
4.	Princípios.....	144
4.1	Vinculação ao instrumento convocatório.....	147
4.2	Julgamento objetivo.....	147
4.3	Adjudicação compulsória ao licitante vencedor.....	147
4.4	Procedimento formal.....	147
4.5	Sigilo das propostas.....	148
5.	Quais entidades devem licitar.....	148
6.	Pressupostos da licitação.....	149
6.1	Pressuposto lógico.....	149
6.2	Pressuposto jurídico.....	149
6.3	Pressuposto fático.....	149
7.	Exceções ao dever de licitar.....	149
7.1	Dispensa da licitação.....	150
7.1.1	Hipóteses de licitação dispensada.....	150
7.1.2	Hipóteses de licitação dispensável.....	153
7.2	Inexigibilidade da licitação.....	158
7.2.1	Fornecedor ou produtor exclusivo, vedada a preferência por marca.....	158
7.2.2	Contratação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular.....	159



7.2.3	Contratação de artistas consagrados pela crítica ou pelo público.....	160
8.	Motivação da dispensa, inexigibilidade e retardamento.....	160
9.	Responsabilidade.....	161
10.	Fases da licitação.....	161
10.1	Fase interna.....	161
10.2	Fase externa.....	161
10.2.1	Edital.....	162
10.2.2	Habilitação.....	164
10.2.3	Julgamento e classificação das propostas.....	167
10.2.4	Homologação.....	168
10.2.5	Adjudicação.....	168
11.	Modalidades de licitação.....	169
11.1	Concorrência.....	169
11.2	Tomada de preços.....	169
11.3	Convite.....	170
11.4	Concurso.....	170
11.5	Leilão.....	170
11.6	Pregão.....	171
11.7	Diversos.....	173
11.7.1	Sistema de registro de preços.....	173
11.7.2	Proibição de criação de novas modalidades.....	173
11.7.3	Consulta – ANATEL.....	173
11.7.4	Procedimento licitatório simplificado – Petrobrás.....	174
11.8	Lei Complementar 123/2006 – SUPERSIMPLES.....	174
12.	Tipos de licitação.....	175
13.	Revogação da licitação.....	177
14.	Anulação da licitação.....	177
8.	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	178
1.	Conceito.....	178
2.	Características dos contratos administrativos.....	179
2.1	Cláusulas exorbitantes.....	179
2.2	Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro .....	179
2.3	Regime jurídico.....	180
2.4	Formalismo.....	180
3.	Alterações dos contratos.....	181
3.1	Unilaterais.....	181
3.2	Bilaterais.....	182
4.	Teoria da imprevisão.....	182

4.1	Fato do príncipe.....	183
4.2	Fato da administração.....	183
4.3	Sujeições ou interferências imprevistas.....	183
4.4	Caso fortuito ou força maior.....	184
5.	Execução dos contratos administrativos.....	184
5.1	Subcontratação.....	185
5.2	Garantia.....	186
6.	Extinção dos contratos administrativos.....	186
6.1	Advento do termo ou conclusão do objeto.....	187
6.2	Rescisão unilateral.....	187
6.3	Rescisão bilateral.....	189
6.4	Rescisão judicial.....	189
7.	Tipos de contratos administrativos e figuras assemelhadas.....	189
7.1	Contrato de obra pública e de serviços.....	189
7.2	Contrato de concessão.....	191
7.3	Contrato de gerenciamento.....	192
7.4	Contrato de gestão.....	192
7.5	Termo de parceria.....	193
7.6	Convênios administrativos.....	193
7.7	Consórcios públicos.....	197
7.8	Contratos de adesão.....	203
7.9	Contrato de fornecimento.....	204
9.	RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	205
1.	Conceito.....	205
2.	Evolução da responsabilidade do Estado.....	206
2.1	Primeira fase – Teoria da irresponsabilidade do Estado.....	206
2.2	Segunda fase – Teoria da responsabilidade subjetiva do Estado.....	206
2.3	Terceira fase – Teoria da responsabilidade objetiva do Estado.....	206
3.	Teorias do risco.....	206
4.	Teoria adotada no Brasil.....	207
5.	Responsabilidade das empresas estatais e concessionárias.....	209
6.	Fundamentos justificadores da responsabilidade objetiva do Estado.....	210
7.	Responsabilidade subjetiva do agente público.....	210
8.	Denúnciação da lide do agente público que causou o dano.....	211
9.	Responsabilidade do Estado por atos legislativos.....	212
10.	Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais.....	212
11.	Prescrição.....	212
10.	AGENTES PÚBLICOS.....	214
1.	Conceito.....	214

2.	Teorias sobre a natureza jurídica da relação agente público e Estado.....	214
3.	Classificação dos agentes públicos.....	215
4.	Espécies de vínculos.....	216
4.1	Cargo público.....	216
4.2	Emprego público.....	217
4.3	Função pública.....	217
5.	Disposições constitucionais sobre agentes públicos.....	217
6.	Disposições da Lei 8.112/1990 – servidores públicos estatutários federais.....	224
6.1	Provimento.....	224
6.1.1	Nomeação.....	225
6.1.2	Promoção.....	225
6.1.3	Readaptação.....	226
6.1.4	Reversão.....	226
6.1.5	Aproveitamento.....	226
6.1.6	Reintegração.....	227
6.1.7	Recondução.....	227
6.2	Investidura e desinvestidura/vacância.....	228
7.	Estabilidade.....	228
8.	Regime de previdência.....	229
9.	Processo administrativo disciplinar e sindicância.....	231
9.1	Processo administrativo disciplinar (PAD).....	231
9.1.1	Incidência.....	231
9.1.2	Garantias aos agentes públicos.....	232
9.1.3	Fases do PAD.....	232
9.1.4	Comissão.....	233
9.2	Sindicância.....	233
10.	Comunicabilidade de instâncias.....	234
11.	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	235
1.	Deveres do administrador público.....	235
2.	Conceito.....	236
2.1	Improbidade e princípio da moralidade.....	236
2.2	Improbidade é ilícito civil ou penal?.....	236
3.	Sujeitos do ato de improbidade.....	237
3.1	Sujeito passivo.....	237
3.2	Sujeito ativo.....	238
4.	Modalidades.....	238
4.1	Enriquecimento ilícito.....	239
4.2	Prejuízo ao erário.....	239



4.3	Violação aos princípios da Administração Pública.....	240
5.	Necessidade de dolo ou culpa na conduta do agente.....	242
6.	Processo.....	243
6.1	Legitimidade ativa.....	243
6.2	Inquérito civil.....	244
6.3	Medidas cautelares.....	244
6.4	Procedimento.....	244
7.	Prescrição.....	245
8.	Aspectos diversos.....	246
8.1	Lei de improbidade administrativa e Lei de responsabilidade fiscal.....	246
8.2	Lei de improbidade administrativa e Lei 1.079/1950 – Crimes de responsabilidade.....	246
8.3	Declaração de bens.....	247
8.4	Destinação dos valores.....	247
8.5	Improbidade administrativa e prerrogativa de foro.....	247
12.	SERVIÇOS PÚBLICOS.....	249
1.	Conceito.....	249
2.	Princípios.....	250
3.	Classificação.....	253
4.	Formas de prestação de serviço público.....	255
4.1	Autorização.....	255
4.2	Permissão.....	256
4.3	Concessão.....	258
4.3.1	Conceito.....	258
4.3.2	Formalidades para a realização da concessão.....	258
4.3.3	Deveres e poderes do concedente.....	260
4.3.4	Direitos do concessionário.....	261
4.3.5	Transferência da concessão e do controle acionário da concessionária.....	261
4.3.6	Formas de extinção.....	261
4.3.7	Reversão dos bens.....	263
4.3.8	Responsabilidade do concessionário.....	264
4.3.9	Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública.....	264
4.4	Parceria Público-Privada.....	265
13.	BENS PÚBLICOS.....	271
1.	Conceito.....	271
1.1	Afetação e desafetação.....	271
1.2	Domínio eminente.....	272

1.3	Bens das empresas estatais.....	272
2.	Classificação.....	273
2.1	Quanto à titularidade.....	273
2.2	Quanto à destinação.....	273
3.	Regime jurídico.....	275
3.1	Inalienabilidade.....	275
3.2	Imprescritibilidade.....	276
3.3	Impenhorabilidade.....	277
3.4	Não-onerabilidade.....	278
4.	Formas de aquisição dos bens públicos.....	279
5.	Formas de uso dos bens públicos.....	280
5.1	Uso privativo ou especial.....	281
5.1.1	Uso compartilhado.....	282
5.1.2	Autorização de uso.....	283
5.1.3	Permissão de uso.....	283
5.1.4	Concessão de uso.....	284
5.1.5	Concessão de direito real de uso (art. 1.225 do CC).....	284
5.1.6	Concessão de uso especial para fins de moradia.....	285
5.1.7	Cessão de uso.....	285
6.	Espécies de bens públicos.....	286
6.1	Terras devolutas.....	286
6.2	Terrenos de marinha.....	287
6.3	Terrenos reservados.....	288
6.4	Terras ocupadas pelos índios.....	289
6.5	Plataforma continental.....	289
6.6	Ilhas.....	289
6.7	Faixa de fronteiras.....	290
6.8	Águas públicas.....	290
14.	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	292
1.	Conceito.....	292
2.	Fundamentos.....	292
3.	Competência.....	292
4.	Modalidades.....	293
4.1	Requisição administrativa.....	293
4.2	Servidão administrativa.....	294
4.3	Ocupação temporária.....	295
4.4	Limitação administrativa.....	295
4.5	Tombamento.....	298
4.6	Desapropriação.....	300

4.6.1	Conceito.....	300
4.6.2	Competência.....	301
4.6.3	Objeto.....	301
4.6.4	Modalidades.....	301
4.6.5	Fases da desapropriação.....	302
4.6.6	Ação de desapropriação.....	303
4.6.7	Indenização.....	304
4.6.8	Confisco.....	307
4.6.9	Desapropriação por zona.....	307
4.6.10	Direito de extensão.....	307
4.6.11	Tredestinação.....	307
4.6.12	Retrocessão.....	308
4.6.13	Desapropriação indireta.....	308
4.7	Estatuto da Cidade.....	309
4.7.1	Plano Diretor.....	310
4.7.2	Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.....	311
4.7.3	Aplicação do IPTU progressivo no tempo.....	313
4.7.4	Desapropriação.....	315
4.7.5	Consórcio imobiliário.....	316
4.7.6	Direito de preempção.....	316
4.7.7	Outorga onerosa do direito de construir.....	317
4.7.8	Operações urbanas consorciadas.....	317
4.7.9	Transferência do direito de construir.....	318
4.7.10	Estudo de impacto de vizinhança.....	319
4.7.11	Usucapião especial urbano coletivo.....	319
15.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL.....	322
1.	Conceito.....	322
2.	Princípios do processo administrativo federal.....	323
3.	Competência.....	326
3.1	Delegação de competência.....	327
3.2	Avocação.....	327
4.	Impedimentos e suspeições.....	327
4.1	Impedimento.....	328
4.2	Suspeição.....	328
5.	Direitos e deveres dos administrados.....	328
5.1	Direitos.....	328
5.2	Deveres.....	329
6.	Fases do processo administrativo federal.....	329
6.1	Instauração.....	329

6.2	Instrução.....	330
6.3	Defesa.....	331
6.4	Relatório.....	332
6.5	Julgamento.....	332
7.	Extinção do processo administrativo federal.....	332
8.	Recursos do processo administrativo federal.....	332
8.1	Legitimidade.....	332
8.2	Cabimento.....	333
8.3	Número de instâncias.....	333
8.4	Caução.....	333
8.5	Pressupostos de admissibilidade.....	333
8.6	Prazo para interposição dos recursos.....	333
8.7	Efeitos.....	334
8.8	Modalidades.....	334
8.9	Coisa julgada administrativa.....	335
8.10	Recursos e súmula vinculante.....	336
8.11	Prazos.....	336
16.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	337
1.	Introdução.....	337
2.	Controle legislativo ou parlamentar.....	340
2.1	Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	341
2.1.1	Aspectos gerais.....	341
2.1.2	Tribunal de Contas.....	343
3.	Controle judicial.....	349
	BIBLIOGRAFIA.....	351